



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

NEGROS E NEGRAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BLUMENAU: INVISIBILIDADE OU
INEXISTÊNCIA? EIS A QUESTÃO!

Nelson Afonso Garcia Santos (Universidade Regional de Blumenau) - nelsongarciasantos11@gmail.com
*Graduado em Ciências Sociais/UFSC. Mestre em Sociologia Política/UFSC. Doutor em Desenvolvimento
Regional/FURB. Professor desde 1992. Atualmente professor na FURB*

Tatiane Mendes de Rocha (Universidade Regional de Blumenau) - tatianer@furb.br
Graduanda em Ciências Sociais/FURB

Negros e negras no desenvolvimento local de Blumenau: invisibilidade ou inexistência? Eis a Questão!

A cidade se encontra prostituída por aqueles que a usaram em busca de saída; ilusora de pessoas de outros lugares a cidade e sua fama vai além dos mares; no meio da esperteza internacional a cidade até que não está tão mal e a situação sempre mais ou menos uns com mais e outros com menos. A cidade não para a cidade só cresce o de cima sobe e o de baixo desce (Chico Science & Nação Zumbi)

Resumo.

Dialogar/refletir sobre o papel de negros/as no desenvolvimento de Blumenau (Santa Catarina), nos remete, necessariamente, a resgatar a história do tempo passado e, também, a história do tempo presente, através de depoimentos, discursos e práticas concretas. Assim, o trabalho que aqui se apresenta para o ST1 – O DIREITO A CIDADE – resulta de pesquisa bibliográfica (livros, jornais, teses, dissertações) e de entrevistas com negros e negras que vivem em Blumenau e, assim, contribuíram para o seu desenvolvimento. A partir de então, descobrimos algumas histórias que estavam encobertas e podemos identificar negros que foram pedreiros, alfaiates, jogadores de futebol. Negra que foi lavadeira e outra que participou da alta sociedade blumenauense. Enfim, através deste trabalho, tentamos dar a partida inicial para visibilizar o que já existia, mas que estava escondido e por isso, parecia invisível.

Palavras chaves: Blumenau; Negros/as; invisibilidade; desenvolvimento local.

Introdução

Várias são as narrativas sobre a formação e o desenvolvimento de Blumenau. Entretanto, uma coisa há em comum: a tentativa de invisibilizar a presença de negros e negras neste processo, bem como dos povos originários que foram obrigados a deixar seu território e se esconder rio acima e, constantemente perseguidos, assassinados e suas crianças presas. Só a partir do Século XXI que estes invisibilizados passam a ser resgatados e incluídos no processo com mais intensidade. Em certos momentos da narrativa, chegou-se até a dizer que o senhor doctor Blumenau não tinha escravos. Hoje

essa verdade não se sustenta mais. E, a colônia “loura Blumenau”¹, se fez, também, com mão de obra escrava, embora fosse em pequeno número. Depois, quando se torna município, vários afrodescendentes fizeram parte do seu desenvolvimento, entretanto, juntamente com outros pobres da cidade foram colocados para trás dos morros, longe do centro da cidade, longe das vistas dos que para cá vinham realizar turismo ou tentar um bom emprego ou encontrar um bom bairro para morar.

Fruto de dados bibliográficos, obtidos através de teses, dissertações, livros e artigos científicos sobre a história de Blumenau e seu desenvolvimento socioeconômico, bem como, de entrevistas realizadas com pessoas negras nascidas em Blumenau, apresentamos estes conteúdos aqui reunidos, visando contribuir no debate sobre O DIREITO A CIDADE.

Para tanto, este trabalho está assim estruturado: além desta introdução, apresenta-se, no item a seguir, informações sobre a formação da colônia Blumenau com a presença da Divisão Racial do Trabalho (QUIJANO, 2005), onde havia, por um lado escravos que não podiam receber salários e por outro alemães livres que podiam receber. Veremos que embora capitalista, a colônia Blumenau começa com uma comunidade de pequenos produtores e se transforma em uma colônia industrial.

No item II “Sobre o desenvolvimento da colônia”, veremos que o capital inicial que transformou a colônia em industrial vem dos ‘vendeiros’, de ajudas do governo imperial e de alguns investimentos provenientes da Alemanha. Trataremos, também, sobre o desenvolvimento desigual blumenauense e as duas obras de infraestruturas: energia elétrica e estrada de ferro. Desta última, resultará não só o avanço na comercialização dos produtos, mas, também, a formação da primeira favela da cidade, cujos moradores serão expulsos em 1949.

No item III “dando visibilidade a população negra de Blumenau”, apresenta-se nomes como o de Romário Badia e Avandié de Oliveira e, suas contribuições para a cidade. Quatro falas de pessoas nascidas em Blumenau (três negras e um negro), são apresentadas para mostrar como elas enxergam sua infância e suas situações de racismo ou não. No item seguinte, denominado “Século XXI: o de cima sobe e o de baixo desce”, apresentamos dados sobre a história do tempo presente de Blumenau; a precarização dos

¹ Referência a palavra-valise usada por Gilberto Gil em sua música Banda Um (1982) “...Banda pra tocar por aí, no Zanzibar; pro negro zanzibárbaro dançar, pra agitar o baixo Leblon, o cariri, pra **loura blumenáutica** dançar Banda um, Banda um...” (grifo meu)

trabalhadores, suas formas de organização, bem como, práticas do governo municipal que viabilizou o Orçamento Participativo e criou o Banco do Povo.

Antecipando conclusões, podemos perceber que ainda, na segunda década do século XXI, a ocultação da pobreza continua, o número de pessoas em situação de extrema pobreza aumentou e as manifestações racistas continuam existindo. Assim, faz-se necessárias novas práticas de desenvolvimento local junto as comunidades que historicamente foram excluídas. Há que se conseguir, com a população pobre e preta da cidade sua interação e construção de tecnociência solidária e uma “educação para além do capital” (MÉSZÁROS, 2008) para que não fiquem mais na dependência do capital para melhorar suas condições de vida. Além disso, Podemos imaginar um grupo de pesquisadores e extensionistas no interior da universidade de Blumenau que construa práticas, com as comunidades pretas e pobres da cidade, que efetivam o desenvolvimento local fundamentado na tecnociência solidária. Estas são propostas que estão no item V deste trabalho intitulado “os próximos passos”. Finalmente, apresentamos algumas conclusões.

I - Colônia capitalista com mão de obra escrava

Quando, Johann Peter Wagner (1818-1901), subiu o rio Itajaí-Açu em 1846, para ocupar as terras do vale de indígenas e assim melhorar suas condições de vida que não alcançou em São Pedro de Alcântara, ele visualizou jacarandás, canelas, mognos, cedros, perobas, figueiras, ariobas, carajubas palmeiras variadas, assim como vários animais nativos – antas, capivaras, porcos do mato – e, um conjunto excelso de cores de pássaros, tais como, tucanos, periquitos, graúnas entre outros, proporcionando-lhe exuberante beleza. No trajeto, ele teve certeza de que por estas terras realizaria

o ideal do nosso pai e de seus outros companheiros: a promessa feita pelo Imperador do Brasil e noticiada na Alemanha, de que nos tornaríamos cidadãos brasileiros. Era a cidadania que queríamos, não mais a servidão do nosso velho sistema que Napoleão da vizinha França (...) tentava abolir (RENAUX, 2000, p. 23).

Evidente que tal certeza só se tornou possível depois que foi enviada para as terras desejadas – pelo Governo da Província - a chamada “companhia de pedestres”, ou seja, um tipo de força de proteção aos futuros moradores diante das “ameaças” dos nativos locais (RENAUX, 2000). Os conflitos entre colonizadores e povos nativos não foram poucos e nem suaves. Mortes aconteceram dos dois lados, mas, com certeza os mais prejudicados foram os povos que aqui viviam antes da chegada dos colonizadores.

A chamada “companhia de pedestres”, que visava garantir ao colonizador branco a proteção de eventuais ataques dos povos nativos da região, resultou da lei nº 28, de 1836, que criou a seção de soldados pedestres, cujo objetivo era

proteger, auxiliar, e defender os moradores de qualquer assalto do Gêntio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os até seus alojamentos, quilombos ou arrachamentos, fazendo todo o possível por apreendê-los, e no caso extremo de resistência, destruí-los” (Lei provincial n. 28 de 25/4/1836, art.1 §4, apud VOIGT, 1999, p. 25).

Dois anos depois, chegam por estas terras o Dr. Blumenau e o seu sócio Ferdinand Hackradt, para efetivarem a colonização europeia impulsionada pelo governo imperial a partir da segunda metade do século XIX e, com tal política, a mão de obra escrava, passou a ser, paulatinamente, substituída por mão de obra branca. Entretanto, quando Wagner – primeiro morador da futura nova cidade - encontrou Hackradt, nas proximidades de um ribeirão, que depois viria a ser chamado ‘da Velha’, Hackradt estava comandando a construção de ranchos, roças e engenhos, através do uso de mão de obra de cinco escravos (RENAUX, 2000, p.37, MOSER, 2016) (grifo do autor). Além disso, ainda em 1848, Dr. Blumenau escreveu carta ao cunhado e amigo Götter, onde diz: “escreverei a Hackradt (...) e com aquele dinheiro que ele ainda tem lá, poderá comprar mais 6 ou 7 negros. Então teremos 12” (BLUMENAU, 1848, apud VOIGT, 1999, p. 45). Entretanto, o que se observa na história da colônia “loura Blumenau” é a tentativa de esconder a presença dos afrodescendentes do processo.

Porém, a conjuntura nacional se fundamentava em uma estrutura racista e desigual e que iria constituir a forma de pensar dos imigrantes que aqui chegavam. O Decreto 3.609/1866, por exemplo, impunha castigos aos escravos que estivessem na rua após as 22 horas sem portar a autorização de seus senhores. Com certeza isso valia para os poucos escravos que aqui viviam. Além disso, tinha-se o Decreto n. 52/1890 que dispunha sobre a imigração, explicitando o interesse exclusivo para os povos europeus. O artigo 1º evidencia tal entendimento:

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos a acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas (BRASIL, 1890)

Na história oficial, encontra-se que o Senhor Blumenau era contra o comércio de escravos na colônia e, talvez até fosse. Entretanto suas posições abolicionistas tiveram que recuar pois, muitos acordos foram feitos com o governo imperial para obter apoio institucional e financeiro para a sua colônia particular. Essa posição fica evidenciada na carta escrita em setembro de 1846, ao abolicionista Sturz:

Por tudo neste mundo peço-lhe, porém, de deixar de lado a desgraçada história dos escravos, abolição, tráfico de escravos e outras coisas semelhantes. O Sr. não consegue nada com isto, estragam para si o que teriam podido ganhar, e adquirem ainda mais inimigos, do que já tem. Eu próprio fico em perigo[...] (STURZ, 1868, apud VOIGT, 1999, p. 51)

Quando Doctor Blumenau voltou da Alemanha em 1850, com 17 colonizadores, ele encontrou uma situação bastante desfavorável nas suas terras, pois seu sócio desistira do contrato que fizera com ele, o engenho de serra, ameaçava cair, não havia mais dinheiro e dos nove negros que foi comprado com o seu capital, existiam apenas dois; “os outros, ou fugiram, ou foram seduzidos pelos patrícios vizinhos” (VOIGT, 1999, p. 48).

Percebe-se, assim, que no início do desenvolvimento da colônia “loura Blumenau”, houve uma pequena participação do trabalho escravo, embora os dados não estejam muito aparentes. Conjuntamente, trabalhadores brancos chegavam. Agrimensor, veterinário, criadores de animais, carpinteiros, marceneiros, charuteiro, funileiro, ferreiros, médico, professor, padres, pastores e vários outros trabalhadores aportavam em Blumenau. Essas chegadas, porém, não refletem em melhoras na situação do empreendimento privado do senhor Blumenau e, após repetidos prejuízos nos investimentos para a colônia privada, o senhor Blumenau assinou, em 13/01/1860 o termo de cessão da colônia “loira Blumenau” ao governo imperial. A partir daí, ele entrega “todas as terras que possuía no Vale do Itajaí (...) e continuaria a trabalhar no seu empreendimento na qualidade de diretor mediante salário” (VOIGT, 1999, p. 56).

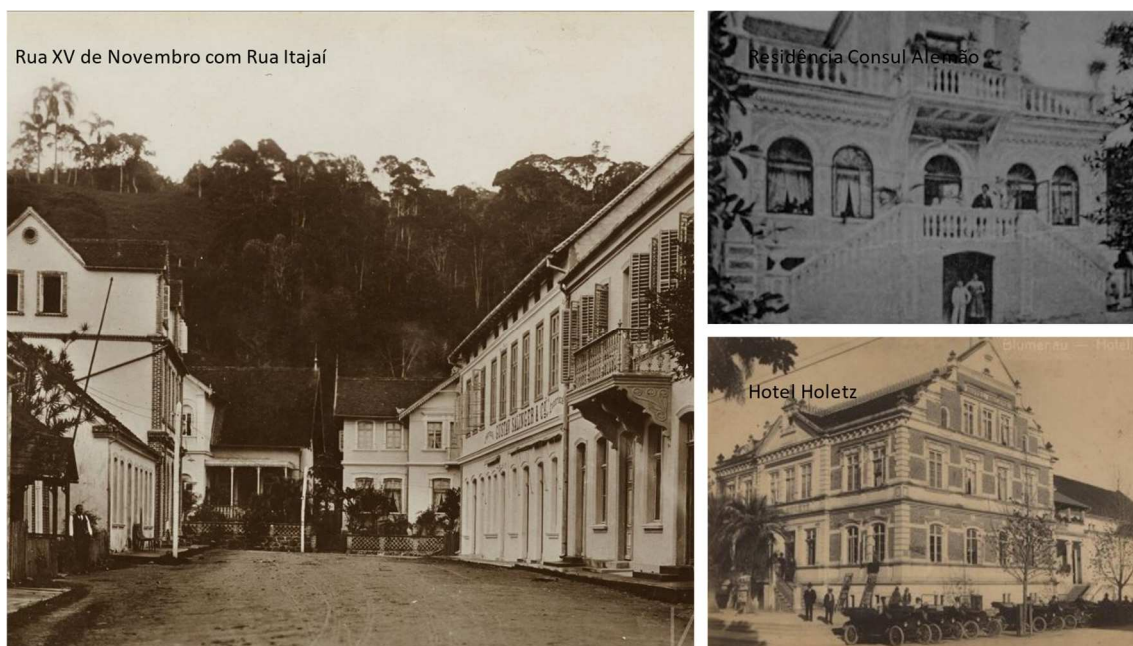
O governo imperial aceitou a cessão pois, ele tinha interesse em trazer a imigração europeia, “não apenas como ‘proletários’, mas também como ‘capitalistas’, que tragam seus capitais da Europa para investirem em Santa Catarina” (MANDELLI, 2015, p. 46). Assim, segue a colônia! Conjuntamente, conforme Petri (1988), em 1882, Pedro Wagner comprou um escravo e, em 1883, José Henrique Flores Filho, quando se transferiu de Itajaí para assumir a presidência da Câmara Municipal de Blumenau, ele trouxe consigo seus escravos e, embora se tenha poucos dados documentais, segundo a historiadora, isso não impede afirmar que “na região havia latifundiários que se utilizavam da mão de obra

escrava. Um dos proeminentes donos de relativo número de escravos era o proprietário de terras em Gaspar, tenente Capitão Henrique José Flores” (PETRI, 1988, s/p).

Para os historiadores Marlon Salomon e André Voigt (apud MOSER, 2016), cerca de 800 escravos viviam no Vale do Itajaí, próximo da abolição. A afirmação é baseada em documento produzido pela Junta de Classificação de Escravos de Itajaí (MOSER, 2016 s/p). Assim, a colônia “loura Blumenau” foi se estruturando com o que Anibal Quijano (2005) denominou de “Divisão Racial do Trabalho”, com pouca mão de obra escrava, que não podia ser proprietária, nem comerciante, nem agricultor, tinha que trabalhar, mas, não podia receber salário.

Talvez aí, esteja a resposta para as questões: quem serviu de mão de obra para construir os grandes casarões que serviram de moradias para os mais abastados da cidade? Quais trabalhadores participaram da construção dos grandes hotéis da cidade? Que mão de obra construiu as igrejas, o primeiro hospital Santo Antônio (1890), a Nova Escola Alemã (1892)? A Sociedade Atiradores de Blumenau, fundada em 1859? Tais respostas ainda não encontramos!

Figura 1. Imagens de Construções de Blumenau do final do século XIX



Fonte: Angelina Wittenn. Montagem dos autores

Por outro lado, em sua maioria, havia os/as imigrantes brancos/as/livres, que podiam receber salário (embora a mão de obra não fosse barata, pois as terras eram baratas), ser proprietários, ser comerciantes, ter profissão e que se caracterizava pela pequena produção familiar e pelas relações de troca, a fim de satisfazer as

necessidades de subsistência e de reprodução social e, assim, se estabeleceu

uma comunidade de pequenos produtores rurais, que, com a mão de obra familiar, produzem aquilo de que necessitam para a sua subsistência; contudo, já possuem também o caráter teleológico de produzirem algo para o mercado destinado especificamente para a troca, com o objetivo de adquirirem aquilo de que necessitam e que não podem produzir (MANDELLI, 2015, p. 48).

Esta situação de escambo fica evidenciada, por exemplo, quando Eugen C. Currilin (1883), anuncia aos seus clientes em um anúncio: “comunico que a partir de hoje aceito como forma de pagamento produtos coloniais como açúcar, cachaça, feijão, milho, arroz, manteiga e banha” (CURRLIN, 1883, apud (LUCMANN 1906, apud SCHMIDT-GERLACH; KADLETZ; MARCHTTI, 2019, p. 411).

Há de se considerar, também, que a produção em grande escala não seria viável, pois, de acordo com Wilhelm Lacmann (1906), o custo da mão de obra era alto. Além disso,

É difícil conseguir trabalhadores, dado o baixo preço das terras, que facilitam o estabelecimento autônomo. Preferem trabalhar para si do que para estranhos. O colono depende do seu próprio trabalho e da família que geralmente é numerosa. Poucos colonos de Blumenau enriquecem, mas a maioria está bem situada e todos têm sua subsistência (LUCMANN 1906, apud SCHMIDT-GERLACH; KADLETZ; MARCHTTI, 2019, p. 537)

Assim, através desta análise do errante viajante, podemos imaginar sobre a existência de uma parte da mão de obra que construía casas, igrejas, prédios, estradas, que fazia trabalhos domésticos e outras coisas mais que, ou eram altamente exploradas ou quem sabe, não recebiam nenhum salário. Além disso, para o viajante, a situação dos colonos podia ser bem melhor, não fosse a alta carga de impostos, principalmente, sobre o consumo e pelos altos preços dos produtos agrícolas, tendo em vista o grande número de intermediários.

Segundo Lucmann (1906), “o colono entrega seus produtos ao dono da venda e este para o comerciante da cidade, que por sua vez envia para uma firma em Itajaí e de lá seguem para o Rio de Janeiro e São Paulo (LUCMANN, 1906 apud SCHMIDT-GERLACH; KADLETZ; MARCHTTI, 2019, p. 537). Para ele, que visitou muitas colônias do sul do Brasil, esse tipo de situação não existia mais nas colônias do Rio Grande do Sul pois, lá, os colonos já estavam organizados em cooperativas e o dono da venda que compra o produto, também fornece os artigos necessários aos colonos (idem).

Ao resgatar as origens da formação da colônia “loura Blumenau”, constatamos que sua construção social aconteceu por processos econômicos capitalistas

que vem desde a Alemanha – já que, em algumas cidades de lá já havia o *ethos* capitalista, fundamentado na industrialização- e, também, por projetos que iniciaram na Inglaterra industrial e que chegaram até o Brasil, apoiados pelo governo imperial e impulsionados por liberais/capitalistas brasileiros.

II – Sobre o desenvolvimento da Colônia

Não foram poucas as ajudas que o governo imperial deu ao senhor Blumenau para a manutenção do seu empreendimento de colônia capitalista. Também não foram poucos os recursos oriundos da Alemanha e o empenho dos trabalhadores locais de imigrantes para o desenvolvimento da colônia. Todos estes atores foram fundamentais para o desenvolvimento - diga-se industrialização/urbanização - da “loura Blumenau”. Há que se considerar, também, que a formação da indústria blumenauense “dependia de contatos com outras regiões e outros países, principalmente com a Alemanha. Esta se tornaria a principal fornecedora de máquinas e matérias-primas” (BAGOTTELLI, In: THEIS, 2014, p. 60). Neste sentido, o desenvolvimento da colônia não se deu apenas de forma endógena. Agentes externos contribuíram no processo.

Quanto a relação com os povos originários no início do século XX, ela pode ser demonstrada através das palavras de Otto Stange, narrando um passeio pela rua principal de Blumenau pelos anos de 1900/1903, quando em determinado ponto da narrativa diz:

- Boa tarde, dona Margarida, como vai? (...) – Tudo vai bem. - Como vai lá com os Deutschrussen do Spitzkof? Não vai tão bem como devia ser (...). Os colonos estão inquietados, devidos os bugres que ultimamente aparecem por lá em atitudes ameaçadoras. Os moradores estão apreensivos, temendo assaltos dos bugres que por várias vezes foram vistos na orla do mato, não querendo por isso ir trabalhar no mato e tirar madeira. Muitos estão com vontade de mudar-se (...) (STANGE, Otto, [1900/1903]. In: Blumenau em Cadernos. 1961, 1961).

O principal representante deste conflito pode ser representado por Martinho Bugreiro, que fora contratado e financiado pelos colonizadores de Blumenau para caçar e matar os bugres desde o início da colonização do Vale do Itajaí. Através dele, os povos originários eram assassinados e as crianças presas. Algumas delas, viriam a ser “adotadas” por famílias abastadas da cidade.

Figura 2: Crianças Xokleng presas por Martinho Brugreiro

*Crianças Xokleng
presas por Martinho
Brugreiro*



Fonte: Cadernos de Blumenau. Montagem dos autores

Na literatura que trata sobre este desenvolvimento de Blumenau é possível identificar abordagens como: a formação socioespacial, a desenvolvimentista e a schumpeteriana (JACOMOSSI, 2009) e, claro, outras também são encontradas. Há os que defendem que o sucesso do município se deu graças a especialização da mão de obra dos que para cá vieram pois, em sua maioria já viviam, no seu país de origem sob uma produção industrial, cuja mão de obra, começava a ser formada desde muito cedo. Na saxônia, por exemplo, o labor infantil abaixo dos doze anos foi proibido em 1865; na Prússia, só em 1878 (CHANG, 2004, p. 181).

Entretanto, independentemente da teoria adotada para explicar o desenvolvimento capitalista local/regional ele foi desigual pois, o desenvolvimento capitalista é desigual (THEIS, 2015) e trouxe consigo padrões e empregados, ricos e pobres, luxos e favelas. Essa situação de desigualdade fica evidenciada pelas imagens da figura 3 e, também, pela afirmação do doctor Blumenau – diretor da colônia – feita em 1857: “a garantia dos caminhos é imprescindível para a continuidade da empresa e demonstra que sua construção representa a possibilidade de determinados colonos, considerados indigentes, obterem recursos ou mesmo quitarem suas dívidas com a Colônia (BLUMENAU, 1857. In Blumenau em Cadernos, 2007, p.132) (grifo dos autores).

Um aspecto importante que contribuiu para o desenvolvimento desigual em Blumenau foi a chamada mão de obra especializada.

Em 60% dos casos, as iniciativas industriais tiveram por origem u’a mão-de-obra especializada, mestre, operários qualificados e artesãos. Mas as pessoas que tinham experiência de direção

comercial ou somente muito espírito de iniciativa procuraram utilizar esta riqueza em mão-de-obra especializada. Na medida em que as indústrias cresceram, elas tentaram melhorias, e, portanto, procuraram maior quantidade de mão-de-obra especializados (MAMIGONIAN, 1965, p. 78)

Até o final do século XIX, Blumenau contava com fábricas de cervejas, charutos, licores, fósforos, bombons, laticínios, vinagre, tecidos, algodão. Sendo a malharia Hering e as tecelagens de algodão Karsten e Garcia as mais importantes. Havia, também, moinhos, alambiques, curtumes, tipografias, marcenarias, ferrarias. E com um detalhe importante: enquanto em outras partes do Brasil a mão de obra se caracterizava por ser escrava, no Vale do Itajaí ela era, na sua maioria, livre e deveria ser paga... “porque ela já veio livre da Europa” (THEIS, 2000, 16).

O capital necessário para a passagem da economia agrária para a industrial se deu através dos “vendeiros” pois, estes não eram apenas

intermediários que realizavam a troca de mercadorias, mas constituíam-se em verdadeiros senhores da economia local, uma vez que eram proprietários de engenhos, serrarias e atafonas e exerciam o controle das vendas em pouco número, além de monopolizarem a função de crédito e da poupança em suas mãos, uma vez que não existiam os bancos (MANDELLI, 2015, p. 50)

Da população de alemães e descendentes, resultou, de acordo com Mamigonian (1965), uma mão de obra não qualificada proveniente dos excedentes da população agrícola, sobretudo dos arredores, como consequência normal das condições de propriedade e de exploração. “As operárias e os operários eram, no início, quase que exclusivamente de Blumenau e dos arredores, porém as necessidades de mão de obra durante e após a segunda guerra permitiram a chegada de inúmeras famílias das regiões litorâneas luso-brasileiras” (MAMIGONIAN, 1965, p. 85), constituindo, assim, parte da mão de obra excedente no meio industrial.

O ano de 1909 foi importante, em termos de infraestrutura, para o avanço do capitalismo na ex-colônia “loura Blumenau”, por dois acontecimentos. O primeiro, foi o início da iluminação pública (19.02), quando 116 lâmpadas foram instaladas pela usina geradora de F. G. Busch, que também atendia a instalações particulares. Esta iniciativa foi seguida por outra,

de um grupo de comerciantes de importação-exportação, G. SALINGER, P. CH. FEDDERSEN, P. ZIMMERMANN e C. JENSEN que tiveram a concessão da queda d'água do Itajaí-Açu, localizada imediatamente a montante da *stadtplatz* e que confiaram o estudo técnico ao engenheiro HACKER, associado da firma "Bromberg, Hacker & Cia.", alemães estabelecidos em São Paulo. Sendo insuficientes os recursos financeiros mobilizados, esta firma foi convidada a financiar a execução do trabalho. Assim foi feita a

usina Salto (1915), constituída de duas turbinas e de dois geradores, toda ela importada da Alemanha, com uma capacidade total de 3 500 kW. Porém "Bromberg, Hacker e Cia." hipotecaram sua participação no negócio a um grupo de capitalistas de São Paulo, tendo-se assim a "Empresa Força e Luz de Santa Catarina S.A." constituído na capital paulista; sua direção era de maioria nitidamente não blumenauense, em consequência da força dos interesses paulistas (MAMAGONIAN, 1965, p. 84)

O segundo, foi a inauguração da estrada de ferro – iniciada em 1907 - construída pela empresa berlinense, Bachstein & Koppel, do qual participaram cerca de 1500 trabalhadores (SCHMIDT-GERLACH; KADLETZ; MARCHETTI, 2019).

Sobre tais eventos, entretanto, quase nada se encontra sobre a possível contribuição dada pela mão de obra negra no processo. Entretanto, “garimpando” é possível encontrar falas que nos chegam de historiadores, por exemplo, a que diz:

...esses negros, quando construída a estrada de ferro, por volta de 1906, 1907...? Esse labor foi prestado pelos negros descendentes de escravos que viviam nessa região de Itajaí, Gaspar, de Ilhota. E esses negros, a partir do momento que terminou a construção da ferrovia, lá por idos dos anos 40 e 50, nós vamos encontrar uma área na região de Blumenau, mais precisamente no morro da caixa da água; uma favela, constituída quase que essencialmente de negros, uma farropilha como era chamada (...) (Petri, 2004 apud SILVA, 2005, p. 20).

Suas condições de vida não eram boas, como evidencia as imagens da figura 3.

Figura 3: moradia dos negros de Blumenau nos anos de 1940



Fonte: Cadernos de Blumenau – montagem dos autores

As condições ficaram ainda piores quando, em 1949, cerca de 600 moradores tiveram que ser expulsos da favela em onde viviam, seguindo a política do poder público

municipal de invisibilizar pretos e pobres da cidade. Isso se deu, pois a prefeitura, seguindo orientação da Câmara de Vereadores, expulsou os moradores da favela Farropilha e os obrigou a irem para trás dos morros da cidade, para áreas periféricas e precárias como, por exemplo, para a Rua Pedro Krauss Sênior e Rua Araranguá (MOSEER, 2015), local este considerado de alto risco de deslizamento, na parte alta e, de enxurrada e enchentes, nas partes baixas.

Isso acontecendo em uma cidade que publicava almanaques (*Kalender*), três em alemão e um em português, cujo público-alvo eram os ‘camaradas alemães’ – jargão usado pelos nacional-socialistas. Em editorial do almanaque de 1936, por exemplo, os editores apresentam o intuito de atingir tanto industriais e comerciantes como operários, camponeses e artesãos e de oferecer a todos, exatamente por ser um *Volkskalender* (calendário folclórico), um ‘momento de lazer amigável’ (FROTSCHER, 2007, p. 212). Em seus editoriais aparece a ideologia de que os imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil pertenciam, juntamente com os que moravam na Alemanha ou em outros países, a uma só comunidade racial e nacional alemã (idem, p. 229).

Com mão de obra excedente, seja de descendente de alemães, negros ou outras nacionalidades, possibilitando exploração barata da força de trabalho e, com a explosão da primeira e segunda guerras mundiais, as indústrias de Blumenau, principalmente as do setor têxtil e alimentar foram altamente favorecidas. No final dos anos de 1950, Blumenau tinha 95 empresas que correspondiam a 107 estabelecimentos. Destas, 1% das sociedades estabelecidas alcançavam 68% dos lucros e 98% alcançavam 24% (MAMAGONIAN, 1965). Em quatro estabelecimentos têxteis encontrava-se mais de 500 trabalhadores; no ramo de madeira, que reunia cerca de 16 estabelecimentos, tinha-se 361 trabalhadores; alimentos e bebidas 355 (idem). Neste momento, diferentemente dos tempos da colônia, a mão de obra não era mais cara. Agora, ela era barata.

III – Dando visibilidade a população negra de Blumenau

A partir dos anos de 1960, algumas figuras negras da cidade despontam e iniciam alguns movimentos de organização dos afrodescendentes. Da estrada de ferro, despontou Romário da Conceição Badia. Em 1954, ele se tornou presidente da Associação dos Ferroviários do Vale do Itajaí; foi vereador de 1959 até 1962, período em que ocupou, também, o cargo de 1º e 2º secretário da Comissão de Educação, Cultura, Saúde Pública e Assistência Social. Fundou em 1961 a União Recreativa e Cultural “Cruz e Souza”, um clube para os/as negros/as da cidade. Tal associação foi reconhecida de utilidade pública pela Lei 1061/1961 (BLUMENAU, 1961).

Em 1962, Avandié Inácio de Oliveira, também chamado de “O Príncipe Negro” – cantor e radialista – criou o UCHC (União Catarinense dos Homens de Cor). Posteriormente, os integrantes do grupo começaram a denominar-se de uchiquianos e o nome foi grafado com a letra i, transformando-se em UCHIC (União Cultural dos Homens de Cor do Interior e Capital). Passando então a constituir-se numa entidade que além de racial, era também de classe (SILVA, 2011, p.4).

Desta organização, surgiu o jornal “O COLORED”, um informativo mensal do concurso da “miss mulata” de Santa Catarina”, organizado pelo UCHIC. O Concurso Individual Cultural Estadual Miss Mulata, foi criado em setembro de 1961 e, em sua primeira edição contou com a colaboração dos prefeitos das seguintes cidades: Itajaí, Tijucas, Florianópolis, Criciúma, Laguna, Araranguá, Jaraguá do Sul, Corupá, São Francisco do Sul, Araquari, Rio do Sul, Ituporanga, Lages, São Joaquim, Porto União e Capivari (BLUMENAU, 2015, s/p).

Foi criado, também o “O Kings”, um órgão estadual de aproximação ao bem coletivo, da União Catarinense dos Homens de Cor. As ações da UCHIC foram até os anos de 1980, realizando congressos, palestras e conferências. Em 1984, a organização realizou, em Gaspar um jantar anual afro-brasileiro que contou com a presença de diplomatas de países africanos e, também do prefeito de Blumenau, Dalton dos Reis (SILVA, 2011).

E o que negros e negras têm a nos dizer sobre sua realidade? Cabe agora, dar vez e voz a alguns entrevistados para sabermos como foram sua infância na “loura Blumenau”. Rosália, negra nascida em Blumenau em 1987. Seu pai era ferroviário e sua mãe trabalhava com serviços gerais (auxiliar de cozinha). Rosália, trabalhou no comércio até fazer concurso público para trabalhar numa escola da cidade. Quando pequena,

morava no bairro Badenfurt... Era bem complicado. Eu morava na rua Mathilde Wagner onde a maioria era de descendência alemã e ficava muito nítida a diferença. Tinha uma vizinha que quando a gente passava, ela falava em alemão... Me lembro, quando eu tinha uns 15 anos, eu estava jogando bola com meus irmãos no quintal de casa e, nossa casa era a casa mais simples da rua por causa da condição, era uma casa de madeira... as outras eram melhores. Tinha a dona do supermercado, outra que tinha um comerciazinho local (...), aí eu lembro que eu tava brincando com meu irmão, jogando bola, aí veio uma voz e disse ‘oh! seus pretos vão pra dentro. Para de ficar azucrinando’. Eu como irmã mais velha, querendo proteger disse: vamos lá pra dentro assistir televisão... No meu contexto de escola não é muito bom lembrar, sofri preconceito quase todo dia (Entrevista realizada em 11/021)

Shirlei, por sua vez, é outra negra que nasceu em Blumenau no ano de 1981. Seu pai foi segurança e trabalhava com caldeira. Sua mãe, realizava serviços gerais na prefeitura. “A mãe conseguiu estudar e se tornou educadora e enfrentou muita situação de racismo pois, ela foi uma das primeiras educadoras pretas de Blumenau” (Entrevista realizada em 24/08/21). Para Shirlei, o que possibilitou melhorar a sua situação foi, quando criança ter participado do projeto social PROMENOR pois, através dele ela teve a oportunidade do seu primeiro emprego que foi na prefeitura, na Secretaria de Assistência Social

Meu contexto escolar foi, infelizmente, muito atravessado pelo racismo, muito mesmo. Pelos professores, pelos alunos e, naquela época não se tratava como racismo, era tudo como brincadeira. Eu lembro que eu não aceitava o racismo e aí eu batia. E aí, minha mãe estava toda semana na escola. Um dia eu me sentei com minha mãe e falei: o mãe, eu tô sofrendo racismo, eu tô sendo chamada de macaca. Tu queres que eu fique quieta? Aí, minha mãe me liberou pra bate: ‘se for questão de racismo, tu pode bater’. No ensino médio era um pouco mais velado (Entrevista realizada em 24/08/21)

Shirlei, trabalhou no setor administrativo da CEJA, no sistema S, fez universidade, pedagogia, e constatou que “a construção do sujeito preto numa cidade que se diz germânica é extremamente difícil”. Hoje trabalha com projetos educacionais

José, negro nascido em Blumenau (1948), era filho de pai pedreiro e mãe lavadeira. “Para termos nossas roupas minha mãe fazia escambo: ela lavava roupa para uma senhora italiana que era costureira que como pagamento costurava nossas roupas. Muitas casas de alvenaria que têm no Jaracumba, foi meu pai quem fez” (Entrevista realizada em 02/07/21).

Quanto ao racismo, isso era diário. Você era xingado (...) usado para fazer certas atividades (...), minha professora dizia: ‘o neguinho, faz isso aqui’. Briga era quase que diária com outros alunos. Meus irmãos eram chamados de negros sujos e gostavam de usar a gente crianças pretas pra trabalhar pra eles como, por exemplo, buscar leite, ajudar a cortar trato para as vacas (Entrevista realizada em 02/07/21)

Aos 12 anos foi para o seminário e quando voltou para Blumenau, voltou para ser bancário. Entrou na Universidade no curso de letras/inglês e em seguida, foi ser professor de inglês e hoje é pós doutor.

Outra negra que aceitou participar do nosso trabalho foi Tânia. Nascida em Blumenau no ano de 1952, ela diz não ter sofrido nenhum tipo de racismo. Seu pai foi Jogador de futebol, foi chamado pela diretoria do Grêmio Esportivo Olímpico para jogar no clube que foi campeão em 1949. Além de jogador de futebol, ele era alfaiate. Sua mãe, era do lar.

Os dois viviam em um ambiente da alta sociedade. Eles foram o primeiro casal negro a entrar no Teatro Carlos Gomes. (...) Quando eu era pequena eu falava em português e em alemão, porque minhas amiguinhas falavam em alemão e estudava no Sagrada Família e no Pedro II, onde terminei o magistério. fui uma criança muito feliz. Tive amigos na escola. Quando me chamaram de negra eu disse, sai fora alemão batata. Nunca mais me encheram (Entrevista realizada em 17/08/21).

Tânia fez graduação, e mestrado em educação.

Algo que chama a atenção na fala das pessoas entrevistadas é que, quando perguntadas se na escola em que estudaram quando criança havia outras crianças negras, todas responderam que não. Na escola só tinha ela de negra. Seria isso uma estratégia do poder público de não aproximar crianças negras na mesma escola? Essa questão será objeto da pesquisa que continua.

IV – Século XXI: o de cima sobe e o de baixo desce

Diante da conjuntura nacional e internacional vivida durante o fim dos anos de 1980 e da década de 1990, com taxas internacionais de juros elevadas, aumentando significativamente os serviços da dívida externa, a elevação dos preços internos, redução nas importações, restrições nos créditos e achatamentos salariais, viveu-se uma recessão sem precedentes com redução drástica do nível de emprego, queda significativa na renda mensal e perda da qualidade de vida (THEIS, 2001).

Foi neste período que aconteceu na cidade o aumento significativo no número de associações de moradores. Entre 1987 e 1989 surgiram na cidade 44 associações e chegou a 60 em 1992 (THEIS, KAISER, 1998). Três razões explicam tal aumento:

inoperância do governo local (prefeitura) no suprimento de serviços urbanos, o que se observa nos problemas de abastecimento de água, energia elétrica, transporte público e escolas nas localidades periféricas da cidade. (...) Desejo de aproximação com o poder público local. (...) Influência direta do poder público (THEIS; KAISER, 1998, p. 41).

Em 1992, foi constituído o Fórum de Entidades Populares, que reunia várias lideranças com vícios progressistas e opositoristas, cujo objetivo era organizar e proporcionar formação para lideranças de grupos, movimentos e associações comunitárias. Suas principais pautas eram Transporte público, habitação, direitos humanos e, de uma forma em geral, melhorias da cidade. O fórum existiu até o final dos anos dos anos 90 e, em 2000, foi criado o Fórum dos Movimentos Sociais (SANTOS, 2010)

O principal setor que desempregou em Blumenau, foi o têxtil e isto possibilitou a flexibilização e a terceirização trabalhista, incrementando as pequenas confecções de fundo de quintal. Assim,

as empresas não só aproveitavam conhecimento dos antigos empregados quanto às exigências de qualidade na produção, mas, não tinham mais que demitir pessoal e pagar os encargos sociais correspondentes, passando para os faccionistas - que então trabalhavam sob condições mais flexíveis, muitas vezes até sob a forma de trabalho informal para evitar os altos impostos (KOHLHEPP; RENAUX, 2007 p. 169).

Consequentemente, teve-se o aumento das situações de pobreza na cidade, principalmente na área urbana e isso, não porque a cidade empobreceu, mas porque a concentração da renda se intensificou. Entre 1990 e 2001, Blumenau, como maior cidade do Vale do Itajaí, dobrou a geração de riqueza, entretanto a distância entre ricos e pobres aumentou. Os 20% mais pobres, em 1991, continham 5% da renda gerada na cidade, caindo este índice para 4,5% em 2000. Já os 10% mais ricos, que detinham 35% da renda, em 2000 avançaram para 39% ². Os/as trabalhadores/as enfrentavam mais e mais o trabalho temporário e as precariedades nas relações trabalhistas.

Em termos de experiências de desenvolvimento local, podemos destacar o orçamento participativo (OP) e a criação do banco do povo. Sobre o OP, a experiência

apresentou como ponto positivo a mobilização da população para participar. No entanto, a experiência foi marcada por conflitos entre membros do próprio governo e Poder Legislativo. Nas próprias secretarias municipais havia divergências e faltava aos servidores públicos entendimento sobre o que seria o OP. Não houve priorização das decisões do OP pela Administração, sendo que várias prioridades definidas pela população não foram atendidas. Os investimentos financeiros foram insuficientes para sua realização, havendo redução do percentual de investimento. A não execução das obras contribuiu para a perda de credibilidade do programa (CARVALHO; QUERINO; NOGUEIRA, 2017, p. 8)

O banco do povo, por sua vez, foi criado em 1997 para fomentar o desenvolvimento de microempreendedores, com o objetivo de ser uma ferramenta de inclusão social e promover o desenvolvimento socioeconômico local e regional. Faz parte do seu Conselho Administrativo, a União Blumenauense de Associação de Moradores, além de outros representantes da sociedade civil (BLUSOL, 2021).

²Os dados foram produzidos pelo Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (NPDR) da FURB; publicados no Jornal de Santa Catarina no dia 28/29 janeiro de 2006 (Caderno de Economia).

Entretanto, ao adentrar o século XXI, o processo de ocultação da pobreza segue as práticas de remoções para “limpar a paisagem”. Para atender essa política, alguns loteamentos, incluídos nas áreas de pobreza, foram criados pela própria administração municipal visando remover famílias residentes em áreas de risco ou de enchentes, como o Loteamento Libertadores e parte do Horto Florestal, por exemplo (MOSER, 2010, p. 92). Porém, a presença, cada vez maior de famílias em situação de pobreza, leva a mais ocupações de moradias em áreas irregulares, de preservação permanente ou prédios abandonados. Neste sentido, as classes pobres (trabalhadores mal remunerados, desempregados, negros e negras) foram as mais atingidas pelos desastres socioambientais (enchentes e deslizamentos) (SAMAGAIA, 2010).

Os locais e as moradias para as classes pobres – e aí estão a maioria dos negros e negras da cidade – “foram deixadas à responsabilidade das próprias famílias trabalhadoras, que com seus baixos salários, tiveram que enfrentar a escassez cada vez maior de terrenos” (SAMAGAIA, 2010, p. 76). Isso fez com que Blumenau chegasse em 2010 como sendo a cidade catarinense com o maior número de favelas: um total de 23.131 dos estimados 330 mil moradores do município com base no Censo 2010 moravam nestas favelas (MOSER; IJUIM, 2015).

Em 2021, a situação parece não estar muito melhor. Segundo reportagem do Jornal SANTA, o número de pessoas em extrema pobreza em Blumenau aumentou 11,7% em um ano, passando de 12.907 no começo de 2020 para 14.425 no início de 2021. Fazem parte desse grupo, pessoas com renda mensal de até R\$89, o que equivale a menos de R\$3 por dia (SANTA, 28/05/2021). Muitas localidades permanecem sem infraestrutura urbana adequada, muitas vezes ocupadas de formas ‘irregular’, localizadas longe da parte central da cidade. Algumas situações foram resolvidas pelos “apertamentos” do projeto minha casa minha vida.

Manifestações racistas continuam acontecendo na “loura Blumenau”, não só com crianças pobres, mas também, com profissionais negros, como foi o caso com o advogado Marcos A. André, militante do movimento negro e praticante de religião de matriz africana que sofreu ameaças através de cartazes colocados na porta da sua casa e em postes na rua em que mora (UNEafro, 2017). Ou, pelo acontecido com o músico Raphael Guilherme, de 23 anos, agredido enquanto esperava o ônibus (ND+, Balanço Geral 20/02/2021). Seria cômico se não fosse triste, a manifestação de preconceito contra pretos e pretas, quando algumas pessoas do alto clero local, em outubro de 2003, mandou pintar Nossa Senhora Aparecida de Branco. É sério. Isso aconteceu! Eu fui testemunha ocular.

V – Os próximos passos

Para pensarmos uma cidade diferente, que rompa com a lógica da desigualdade inerente ao desenvolvimento capitalista, propomos ações nas comunidades que historicamente foram criadas para esconder os pobres – pretos e não pretos - e a pobreza que resulta do desenvolvimento desigual.

1. A formação no interior da universidade de Blumenau de um grupo de pesquisadores que se volte para o desenvolvimento local visando, através dele o enfrentamento e a superação da pobreza, bem como, ser uma alternativa ao desenvolvimento que se pauta na industrialização a qualquer custo, no alto consumo e no alto impacto ambiental, tornando-se, assim, a busca de um estilo de vida alternativo, dentro da organização capitalista de produção.

O DL tem necessidade de mudança, visando o bem-estar, com espírito de solidariedade na conquista por satisfação de necessidades, com ampla mobilização e participação e pode ser definido como o processo que pressupõe uma mudança consciente da realidade local. Há de se destacar que as pessoas devem participar ativamente desde o início do processo, ou seja, elas são protagonistas do desenho do seu desenvolvimento e participam na formulação e instrumentalização das estratégias. Assim, todos e todas são sujeitos ativos do processo de transformação da realidade em que se encontram

2. Que o grupo esteja fundamentado nos princípios da “tecnociência solidária”, de acordo com a seguinte definição:

Tecnociência solidária é a decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), provoca uma modificação no produto gerado cujo resultado material pode ser apropriado segundo a decisão do coletivo (empreendimento solidário) (DAGNINO, 2019, p. 62)

A tecnociência solidária implica em participação, empoderamento e autogestão, visando sempre a inclusão social, valoriza a criatividade das pessoas envolvidas nos processos de solução dos seus problemas comunitários. Suas propostas indicam que as tecnologias devem ser brandas (de baixo impacto ambiental), baratas e criativas, desvinculando-se de meras importações de modelos tecnológicos.

3. Juntos, grupo universitário e comunidades, construir uma educação para além do capital que supere o processo de autoalienação escravizante (MÉSZÁROS, 2008). É necessário construir uma educação que possa ir além do reformismo e romper com a

permanência das invisibilidades historicamente construídas. Assim, a educação assume papel soberano

tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida ‘sociedade de produtores livremente associados’” (MÉSZÁROS, 2019, p. 65).

Estes produtores, organizados em suas comunidades, poderão se tornar capazes de regular o seu processo de trabalho com base no tempo disponível, juntamente com a força conscientemente combinada dos demais indivíduos sociais e, uma das forças possíveis capaz de contribuir para o processo de transformação é a educação para além, do capital. Assim, com uma educação para além do capital, com a tecnociência e por estratégias do desenvolvimento local, uma nova cidade é possível de se pensar!

VI -Conclusão

“A cidade não para a cidade só cresce”, dita por Chico Science & Nação Zumbi em 1994, é uma frase que faz parte do imaginário de grande parte dos intelectuais, de diferentes áreas do conhecimento; de políticos, de diferentes matizes ideológicas; de crentes, de diferentes credos religiosos e de uma forma mais ampla do imaginário do senso comum, pois, crescer faz parte do desenvolvimento. Porém, o desenvolvimento capitalista foi, é e será desigual; sempre uns com mais e outros com menos.

Em cidades como São Paulo e outras metrópoles, não é mais possível se esconder a pobreza. Ela está disponível aos olhos de todos; ela está nas praças, nos muros que servem de arrimo para barracas ou caixas de papelão. Entretanto, em cidades como Blumenau, o poder público municipal ainda consegue escondê-la, jogando a pobreza e seus pobres (negros e não negros) para trás dos morros, para longe do centro. Este tipo de política começou em 1949, nas vésperas do centenário da cidade, quando a Câmara de Vereadores recomendou ao prefeito que tirasse cerca de 600 pessoas que moravam na favela farropilha, pois não ficava bem aquela favela ser vista pelos que estavam no centro da cidade.

Essa postura de invisibilizar pretos e pobres não começou naquele ano. Como vimos, a narrativa oficial sobre Blumenau, durante muito tempo escondeu a presença de negros na colônia e na cidade. Entretanto, que havia, havia! Eis a questão do título respondida. Assim como as demais colônias brasileiras, Blumenau teve escravos e seus descendentes. Perseguiu, matou e prendeu membros dos povos que aqui viviam? Sim, fez

isso, também. Mas, tinha mão de obra livre que veio da Alemanha com o seu *ethos* capitalista que proporcionou diferenciais em relação a outras colônias.

Durante todo o século XX, a formação desigual foi se consolidando na “loura Blumenau”. Com exceção de uma mulher negra que não sentiu nenhum tipo de preconceito sobre sua cor, as demais pessoas entrevistadas disseram que sentiram forte preconceito racial, principalmente na escola. Nos anos de 1960, surgem lideranças negras importantes na cidade Badia que se tornou vereador e o “Príncipe Negro” que organizou o concurso Miss Mulata. Daí, surgiu “O Colored” e o “O Kings”, ambos informativos organizados pela UCHIC. Já no final desse século, novas organizações aparecem: as originadas pelo poder público (Orçamento Participativo e Banco do Povo) e, as organizações populares (associações de moradores e Fóruns dos movimentos sociais).

Pelo exposto, vimos que ainda, na segunda década do século XXI, a ocultação da pobreza continua sendo efetivada, o número de pessoas em situação de extrema pobreza aumentou e as manifestações racistas continuam existindo. Entretanto, a utopia de que uma outra cidade é possível ainda está presente. Para tanto, indica-se caminhos a partir da formação de um grupo de pesquisadores e extensionistas da FURB que se disponha, juntamente com as comunidades pobres (de negros e não negros) de Blumenau a formar equipes que viabilizem em tais comunidades o desenvolvimento local, fundamentado na tecnociência solidária e embasado na teoria da educação para além do capital. Com tais pressupostos, uma outra cidade será possível.

Bibliografia

BAGATTOLLI, Carolina. O desenvolvimento Recente do Sistema Produtivo Regional de Blumenau, SC. In: THEIS, Ivo M. Desenvolvimento Local/regional na periferia do capitalismo mundializado. Blumenau: EDIFURB, 2014.

BLUMENAU. Câmara de Vereadores. Lei Ordinária 1061/1961. digital.camarablu.sc.gov.br/documento/lei-ordinaria-1016-1961-14019 Acesso 10/12/21. BLUMENAU, Memória digital: Blumenau tem Miss mulata – concurso foi organizado em 1961 em parceria com prefeitos catarinenses. 2015. Disponível em ww.blumenau.sc.gov.br/secretarias/fundacao-cultural/fcblu/memoria-digital-blumenau-tem-miss-mulata14. Acesso 10/12/2021.

BLUSOL, Sítio eletrônico. www.blusol.org.br/a-blusol/ Acesso 12/12/2021.

BRASIL, **Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890**. Regularisa o serviço da introdução

e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html acesso 08/12/2021

CARVALHO, HÉLIDA, M.; QUERINO, Fabiane F.; NOGUEIRA, Leandro R. T. Orçamento participativo: um estudo bibliográfico. XX SemeAd: Seminários em Administração, novembro de 2017. Disponível em login.semead.com.br/20semead/arquivos/1050.pdf. Acesso: 09/12/2021.

CHANG, Há-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

DAGNINO, Renato. Tecnociência solidária: um manual estratégico. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2019.

FROTSCHER, Méri. Lobo em pelo de cordeiro: ideário nacional-socialista no material de entretenimento do Blumenau volksalender (1933-1938) In: Cadernos em Blumenau. Edição especial 50 anos. Tomo XLVIII, n. 11/12, Nov/Dez 2007.

JACOMOSSI, Rafael Ricardo. Aglomeração produtiva e desenvolvimento local/regional: um estudo sobre o aglomerado das indústrias de cristais de Blumenau. DM. PPGDR. FURB. Blumenau, 2009.

JORNAL SANTA, 28/05/2021. Disponível em www.nsctotal.com.br/noticias/cresce-numero-de-pessoas-em-extrema-pobreza-em-blumenau-durante-a-pandemia. Acesso 11/12/2021

KOHLHEPP, Gerd; RANAUX, Maria L. Desenvolvimento industrial e identidade regional nos tempos da globalização: Blumenau e o nordeste de Santa Catarina. In: Blumenau em Cadernos. Edição especial 50 anos. Nov/Dez. 2007

MANDELLI, Bruno. A política de colonização do império e a formação socioeconômica do Vale do Itajaí. Santa Maria: Revista Sociais e Humanas, v. 28, n.02, mai/ago 2015 p. 41 - 53

MANIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. Revista Brasileira de Geografia, julho/setembro, 1965.

MÉSZÁROS, Isteván. A educação para além do capital. E ed. São Paulo: Boitempo, 2008

MOSER, Magali. Negra Blumenau: a cidade que não é notícia catarinas.info/a-cidade-que-nao-e-noticia/

MOSER, Magali. A indistigável favelização em Blumenau. In: Blumenau em Cadernos. T.51, n.2, mar/abr. 2010.

MOSER, Magali. IJUIM, Jorge K. A prática da invisibilidade social sobre as áreas de concentração de pobreza na imprensa de Blumenau (SC). In: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos (REBELA) Florianópolis, V.5, n.1, jan/mar. 2015

PETRI, Sueli Maria Vanzuita. A presença do negro na região de Blumenau. Jornal de Santa Catarina. 13 de maio de 1988.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005

RENAUX, Maria Luiza. Vida de Pedro Wagner: uma faceta do império no Vale do Itajaí. Blumenau: EDIFURB, 2000.

SAMAGAIA, Jacqueline. Globalização e cidade: reconfiguração dos espaços de pobreza em Blumenau/SC. Tese Doutorado. Florianópolis, UFSC, 2015.

SANTOS, Nelson A. Garcia. Globalização e movimentos sociais locais: análise e perspectivas dos mecanismos de comunicação dos fóruns sociais de Blumenau/SC. In: ANDRADE, Edinara T. de; SANTOS, Nelson A. Garcia. Associativismo civil e movimentos sociais em Blumenau: história, organização e mecanismos de participação. Florianópolis: INSULAR, 2010

SCHMIDT-GERLACH, Gilberto; KADLETZ, Bruno Kilian; MARCHETTI, Marcondes. Colônia Blumenau no sul do Brasil. São José: Clube do Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2019.

SILVA, Joselina. O reino do Príncipe Negro de Blumenau: A União Catarinense dos Homens de Cor (UCHC). XI Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6177915-O-reino-do-principe-negro-de-blumenau-a-uniao-catarinense-dos-homens-de-cor-uchc.html> Acesso 09/12/21

SILVA, Rogério Reis. Capoeira na terra de alemão: o reflexo cultural e a socialização contemporânea. Florianópolis: Revista Ágora, n. 41. 2005

STANGE, Otto, [1900/1903]. In: Blumenau em Cadernos. Tomo IV, n. 8 – Agosto de 1961. Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

THEIS, IVO; KAISER, Wilfried. Globalização, acumulação flexível e novos movimentos sociais urbanos: o caso de Blumenau, Brasil. In: Boletim Goiano de Geografia. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/Geografia. V. 18, n.1 Jan/dez. 1988.

THEIS, Ivo M. O processo de acumulação em Blumenau: uma interpretação crítica. In: THIS, Ivo M.; MATTEDI, Marcos; TOMIO, Fabrício (Org). Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a história e historiografia de Blumenau. Blumenau: EDIFURB, 2000.

THEIS, Ivo . Globalização e Planejamento do desenvolvimento regional: o caso do Vale do Itajaí. In: SIEBERT, Claudia (Org.) Desenvolvimento regional em Santa Catarina: reflexões, tendências e perspectivas. Blumenau: EDIFIRB, 2001.

UNEAFRO. Sítio Eletrônico. <https://uneafrobrasil.org/923-2/>.

VOIGT, André F. Imigrantes entre a cruz e a espada: imigração alemã, confissão religiosa e cidadania no Vale do Itajaí (1847 – 1868). DM. Programa de Pós- Graduação em História. UFSC: Florianópolis, 1999

WITTMANN, Angelina. Arte, cultura, história e antropologia. <https://angelinawittmann.blogspot.com/2021/08/gustav-salinger-biografia-e-arquitetura.html> acessado em 10/12/2021.